



Ministério
do Ambiente, Habitação e
Ordenamento do Território

DGPOG - COORDENAÇÃO SETORIAL

www.mahot.cv
f mahot

Si txuba ben...

*Viabilidade Económica do Sector
da Água e Saneamento e Tarifas*



Março 2015
Boletim nº5



Sumário

Pág.

Editorial

3

Página da ANAS - Hércules Vieira

4

Regulação do sector de Água e Saneamento - João Renato Lima

5

Viabilidade Económica do Sector da Água e Saneamento - Hélder Santos

7

O Projecto WASH do MCA CVII - Cláudio Santos

8

Sustentabilidade Económica do Sector - Damiá Pujol

10

O Projecto de dessanilização para a Ilha de Santiago - José Gomes da Veiga

11

A Regulação do Sector e a Protecção dos Consumidores - António Pedro Silva

12

Figura do mês - Norbert Hagen, Conselheiro Técnico Principal do projecto CVE078 da Lux Dev

13

Águas de Santiago e a nova Entidade Gestora da Ilha - José António Pinto Monteiro

14

Agenda do sector

15



FICHA TÉCNICA:

Propriedade: DGPOG/MAHOT – Coordenação do Sector de Água e Saneamento com o Apoio da Cooperação Luxemburguesa ("Apoio ao Plano de Acção para a Gestão Integrada dos Recursos Hídricos")

Chefe de Redacção: Tatiana Neves

Coordenação: António Pedro Borges

Designer Gráfico: Elton Vasconcelos

Contribuições: António Pedro Silva, Cláudio Santos, Damiá Pujol, Hélder Santos, Hércules Vieira, Iacopo Forte, João Renato Lima, José António Pinto Monteiro, José Gomes da Veiga, Stéphanie Notarnicola



Cabo Verde tem conhecido ganhos importantes no setor da água e do saneamento e o processo de reforma está avançando de forma concreta.

Para além das ações já contempladas pelo passado que foram a criação da ANAS, do CNAS e a elaboração do PLENAS, estes últimos meses permitiram avançar na consolidação da reforma jurídico-legal, designadamente com a elaboração e a conclusão do projecto do Código de Água e Saneamento, CAS e a finalização do Estudo sobre Normas de Qualidade da Água e das Descargas de Águas Residuais.

O trabalho realizado pela Comissão Instaladora da ANAS no que diz respeito à extinção do INGRH e a implementação gradual da agência reguladora conseguiu alcançar uma visibilidade e presença importantes em todas as frentes do setor. A regulação económica e técnica é um pilar importante para o bom funcionamento da economia e para o processo de operações e serviços de qualidade. Cenários tarifários estão em discussão, tendo em conta as realidades insulares do arquipélago, estando o novo tarifário previsto para os próximos meses.

A Comissão Instaladora da nova empresa intermunicipal “Águas de Santiago” iniciou os seus trabalhos para operacionalizar em breve a operadora intermunicipal, sediada em Santa Catarina.

Entretanto, o processo dos projectos geridos pelo Fundo de Água e Saneamento (FASA) encontra-se em funcionamento. Já foram adjudicadas as obras e inclusive já foram lançadas as primeiras pedras de algumas.

Os últimos meses também foram marcados pelo lançamento do Fundo de Acesso Social (FAS) que decorre paralelamente com o FASA para promover acesso à rede de esgoto e de água aos mais desprotegidos da sociedade civil. De forma complementar, o projeto PromoSan que propõe soluções de saneamento domiciliar fora da rede de esgoto, também arrancou e foram lançados os concursos para a construção de casas-de-banho numa lógica de dar corpo ao conceito de saneamento fora da rede. O lançamento das campanhas FAS e Promosan de reforço do acesso ao saneamento terá um impacto extremamente positivo para as famílias mais vulneráveis do País, com a condição de promover simultaneamente uma dinâmica forte de mobilização e de apropriação a nível dos Municípios e das comunidades.

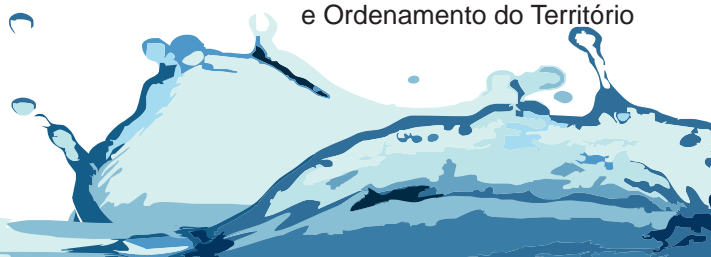
Nesse sentido, o MAHOT considera essencial promover as dinâmicas locais de reforçar a sociedade civil, organizações não governamentais e associações comunitárias, e para esse efeito assinou um acordo de cooperação com a Plataforma de ONGs. O Governo, a Associação Nacional dos Municípios Cabo-verdianos e os municípios mostram-se fortemente interessados pelos avanços na universalização do ODM n.7 a nível municipal e consequentemente na diminuição das assimetrias Regionais ainda existentes.

Vale a pena lembrar a Visão Estratégica a longo prazo em Cabo Verde, país aberto ao exterior, com uma economia de serviços competitiva, sustentada por recursos humanos altamente qualificados.

Um desenvolvimento que abraça cada uma das ilhas, com sentido estético e ambiental. Uma sociedade democrática, aberta e respeitadora dos direitos humanos.

Antero Veiga

Ministro do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território



2. Água, um compromisso geracional



Por: Hércules Vieira, Presidente da ANAS

Cabo Verde vive momentos de profundas alterações ao nível das suas instituições e jurídico-regulamentares, ao mesmo tempo que atravessa uma conjuntura de escassez dos recursos hídricos superficiais, com impacto na mobilização de mais água para usos diversos.

O desenvolvimento urbanístico e o crescente aumento das necessidades da água para agricultura, turismo e indústria, têm proporcionado situações de pressão sobre os recursos hídricos disponíveis, que tende a agravar-se com o tempo e a constituir factor de instabilidade entre as instituições e os diferentes utilizadores, caso não se implementar uma gestão criteriosa dos recursos.

Não obstante estes constrangimentos, mantêm-se o desafio de assegurar serviços de qualidade a todos os cabo-verdianos, promovidos não só pela via da mobilização de mais e melhor água como também pela promoção de entidades gestoras viáveis, operando num ambiente de negócios devidamente regulado, quer técnica quer economicamente.



Depois do PLENAS, está-se a concluir o novo Código de Água e Saneamento (CAS). Outras medidas estão sendo implementadas, nomeadamente, a operacionalização dos sistemas de controlo dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos, bem como a criação das bases de dados de suporte ao futuro sistema de informação dos recursos hídricos. Num horizonte próximo, estará finalizado o projecto de execução para a mobilização de mais água dessalinizada para ilha de Santiago. A definição dos planos directores de água e saneamento (PDAS) para todas as ilhas, segundo um normativo comum, o redimensionamento do laboratório central da ANAS e implementação de um plano de monitorização da qualidade ao nível nacional, são outras medidas que enformam os próximos passos da ANAS, visando assegurar que as gerações de hoje e de amanhã tenham o mesmo direito à água em quantidade e qualidade para todos.



3. Regulação do Sector de Água e Saneamento



Por: João Renato Lima, PCA da ARE

“Water is unique compared to other network industries: it is essential to life, local in supply, mysterious in information (asymmetry), and dull in technological innovation.”

-Shirley 2007-

Considerações Gerais

O Sector de Água e Saneamento em Cabo Verde, como é do conhecimento geral, passa por um importante processo de reforma institucional com vista à clarificação do quadro de competências dos diversos intervenientes no sector, eliminando as sobreposições diluidoras de responsabilidades e, fundamentalmente, criando condições para o exercício de uma regulação técnica e económica eficaz e harmonizadora dos interesses dos consumidores/utilizadores, operadores e do próprio Estado.

Encontrando-se o processo de reforma numa fase inconclusiva, não nos parece prudente entrar em questões concretas sobre modelos e sistemas tarifários que serão aplicados pela ARE, uma vez que o desenho do quadro regulatório para o sector em análise cai na esfera dos decisores políticos.

Entretanto, para facilitar a percepção do quadro legal e regulamentar que será aprovado, entendemos pertinente trazer à consideração do público leitor deste número do Boletim Informativo algumas especificidades do Sector em análise e aspectos importantes dos modelos e sistemas regulatórios, com maior ênfase para a regulação económica, ressaltando contudo, como defende o Prof. Vital Moreira, que não existem modelos canónicos em regulação, isto é, modelos aplicáveis a qualquer realidade de forma indiscriminada e acrítica.

Principais Desafios da Regulação

Tradicionalmente, e em quase todos os quadrantes, a indústria das águas começa por ser caracterizada pela sua forte fragmentação – grande número de pequenos operadores, normalmente da esfera do sector público, regional ou estadual/governamental, public ownership. Por outro lado, o mais comum nessas circunstâncias é que a regulação seja exercida de forma directa.

Contudo, em se tratando de um sector de capital intensivo com investimentos em equipamentos de vida útil muito longa e, por conseguinte, com gastos avultados em manutenção, o mais natural é que comecem a surgir, para os organismos públicos, nomeadamente dos países com menos recursos, problemas de natureza financeira e escassez de pessoal qualificado.

Os aspectos acima referenciados estão na origem, um pouco por todo o lado, de processos de reforma com vista ao incremento do investimento, aumento da eficiência e da qualidade na produção de água, nomeadamente através de parcerias público-privada. Os Estados criaram condições para que serviços de interesse geral passassem a ser prestados numa base jurídico-privada, abrindo espaço para o exercício da regulação por entidades independentes.

Modelos de Regulação

A regulação pode ser exercida de forma directa, indirecta, ou através de entidades reguladoras independentes.

Da estrutura dos mercados depende a forma de actuação das entidades reguladoras, as quais diferem no que se refere ao seu grau de autonomia, independência orgânica, funcional e financeira.

Vejamos algumas modalidades, tomando como exemplo a realidade de alguns países europeus:

- Inglaterra e Países de Gales – Indústria concentrada e de base totalmente privada com uma regulação considerada forte, centralizada e independente, exercida pela entidade

reguladora Ofwat (Office of Water Regulation). Estimulam-se os benefícios que seriam associados à concorrência perfeita (afecção óptima de recursos) através da regulação, neste caso concreto com a opção pelo regime regulatório de price cap.

- Alemanha – considerado um exemplo da chamada “regulação implícita”, o mercado continua fragmentado com operadores com estrutura accionista fundamentalmente pública, mas com envolvimento de privados (PPP);
- França – estrutura de mercado dualista com elevado número de pequenas empresas públicas geridas numa base de contrato e um número reduzido de grandes empresas com capital maioritariamente privado (PPP) igualmente geridas numa base de competência delegada quanto às funções de serviço público. A busca da eficiência é estimulada através de contrato por objectivos.

Fundamentos Económicos da regulação

Aspecto essencial a ter em conta na regulação económica do Sector de Água e Saneamento é a denominada base dos activos (Regulatory Asset Base) sobre a qual incide taxas de retorno que devem ser estipuladas de forma criteriosa. Parte essencial desses se caracteriza por ter uma longa vida útil, tornando irreversível os investimentos efectuados. Seguindo a nomenclatura europeia, podemos apontar os seguintes exemplos:

- Estruturas de tratamento em betão e estações de bombagem – vida útil estimada entre 50 a 70 anos;
- Equipamentos eléctricos e mecânicos – vida útil entre 15 a 25 anos;
- Equipamentos de armazenamento de água e de tratamento (esgoto) - Vida útil de 60 a 100 anos.

Assim, na estrutura de custos do Sector, é normalmente aceite que os custos fixos, conjuntamente com os gastos de manutenção atinjam metade a 2/3 dos custos totais.

Aspecto importante associado à concepção de actividades (monopólios) em determinados sectores, ou subsectores, é a economia de escala com a redução dos custos médios unitários de produção a longo prazo, podendo-se falar em determinadas circunstâncias numa função custos subaditiva.

Economia de Escala

Dos principais aspectos associados aos mecanismos da regulação económica, podemos destacar:

- A sustentabilidade dos serviços;
- A eficiência alocativa;
- A eficiência produtiva;
- A equidade ou eficiência distributiva.

A **sustentabilidade** tem subjacente o princípio de que as tarifas devem permitir cobrir os custos económicos da prestação de serviços, funcionando igualmente como indicador para níveis eficientes de consumo, permitindo a atracção de novos recursos financeiros para a indústria.

Eficiência Alocativa

Perante fins alternativos dos recursos escassos, as tarifas reflectem os custos de produção dos serviços, ou seja devem ser iguais aos custos marginais.



Eficiência produtiva

Trata-se de um conceito associado à minimização dos custos dado um determinado nível de produção. A redução de custos, sem pôr em causa a qualidade dos serviços, deve ser incentivada através de regimes regulatórios adequados.

A equidade ou eficiência distributiva

Princípio que visa garantir que todos os consumidores/utilizadores tenham acesso aos serviços e a preços adequados, de acordo com o nível de qualidade estipulado e sem discriminação entre consumidores/utilizadores, em igualdade de circunstâncias.

A regulação de tarifas e preços constitui um dos mais importantes mecanismos de regulação económica, variando a forma de os estabelecer, em função da estrutura e especificidade de cada mercado.

No que se refere a regimes regulatórios para as tarifas e preços, destacamos os seguintes:

- **Taxa de Retorno ou custo de serviços:** a regulação estabelece um lucro ou retorno considerado satisfatório, ou “normal”;
- **Price cap** – preço máximo: sistema que representa um forte incentivo à eficiência das empresas ao estabelecer um preço para vigorar durante um certo período de tempo;
- **Sliding scale regulation:** sistema híbrido em que os resultados crescem até determinados limites previamente definidos, sendo os preços ajustados de forma a permitir a repartição dos ganhos de eficiência estimulados pelo price cap.

Os objectivos da regulação económica, na sua vertente mais importante que é a regulação de preços, são atingidos pela via do nível de preços, pela estrutura tarifária e pelo regime

As estruturas tarifárias podem ganhar diferentes formatos, destacando-se os seguintes:

Tarifas de bloco único

Para cada categoria de clientes (doméstico, industrial, etc.) pratica-se um único preço, independentemente do nível de consumo. Embora possa parecer estranha, trata-se de uma modalidade praticada por algumas empresas nos Estados Unidos da América.

Blocos crescentes

Sistema propício à racionalização do consumo nos países de escassos recursos

Regulação do Sector de Água e Saneamento em Cabo Verde

Os principais marcos regulatórios para o Sector de Água estipulam o princípio de preços máximos por períodos de cinco anos, sujeitos a revisões periódicas, nomeadamente para o repasse de custos exógenos não controlados pelos operadores.

Por outro lado, as tarifas e preços devem permitir a sustentabilidade económica dos operadores, com a cobertura de custos elegíveis e adequados níveis de retorno sobre os investimentos.

O quadro institucional passa por um processo de reforma em Cabo Verde, com vista a fazer face a desafios tais como a escassez de água, elevados custos de produção resultantes dos processos de dessalinização da água do mar, para além dos outros aspectos já referenciados.

No presente momento, a acção directa da ARE faz-se sentir, fundamentalmente, sobre a empresa ELECTRA, S.A – produtora e distribuidora de água na Cidade da Praia e nas Ilhas do Sal e de S.Vicente, em regime de concessão.

As tarifas estão estruturadas em três escalões para o consumo doméstico, existindo tarifas diferenciadas para a Indústria, o Turismo e o Comércio.

Na Ilha da Boa Vista a distribuição é feita em regime de sub-concessão pela empresa AEB, S.A – Água e Energia da Boa Vista.

A maior parte dos Sistemas Municipais extrai, produz e distribui água, sendo as tarifas homologadas pela Administração Central do Estado.

Existem igualmente alguns produtores independentes e Auto produtores em regime de licenciamento.

Estamos perante um quadro extremamente confuso que não permite a aplicação, de forma consistente, dos grandes princípios regulatórios que estimulem a eficiência económica em todos os pontos do país.

Com a eliminação de sobreposições de competências será possível introduzir maior objectividade na regulação económica do sector de água, passando a ser possível a aplicação das melhores práticas regulatórias.

A Agência de Regulação Económica tem vindo a participar activamente no processo de reforma, encontrando-se estruturada e dotada de recursos humanos (recentemente foram admitidos técnicos para vários domínios) para responder positivamente aos novos desafios de regulação, incluindo a possibilidade de alargamento de competências, designadamente com regulação económica dos resíduos sólidos urbanos.

4. Viabilidade Económica do Sector da Água e Saneamento



Por: **Hélder Santos**, Director Geral da Unidade de Gestão do MCAII - CV

Dentro das reformas que o Governo de Cabo Verde (GoCV) está a levar a cabo, foram eleitos dois sectores considerados estruturantes para o desenvolvimento do País, a saber: o sector de Água e Saneamento e o de Gestão de Propriedade (Cadastro).

Com base nisso, os Governos de Cabo Verde e dos Estados Unidos da América concordaram em direccionar os fundos do II Compacto do Millennium Challenge Corporation (MCC) para cofinanciar estas reformas no montante total de USD 66,2 milhões.

Nessa óptica, o sector de Água e Saneamento está a experimentar uma transformação profunda, tendo como principal objetivo:

1. A melhoria da prestação do serviço de abastecimento e a gestão do saneamento líquido ("o ciclo urbano da água");
2. A redução das perdas – comerciais e técnicas; e
3. A sustentabilidade (económica, social e ambiental), principalmente a inclusão e combate às desigualdades sociais relativas ao saneamento.

Vários estudos foram elaborados para permitir um conhecimento profundo do sector, e garantir tomadas de decisões com base em pressupostos técnicos relevantes.

Dos estudos elaborados, destacamos: (1) o Plano Estratégico Nacional do sector de Água e Saneamento (PLENAS); (2) o Estudo de Viabilidade Económica do Sector de Água e Saneamento; (3) o Estudo de Tarifas para o Sector; e (4) o Estudo de Perdas Físicas e Comerciais do sector de Água e Saneamento. Esta transformação tem como objectivo a criação de um sector de Água e Saneamento sustentável, devendo-se entender o conceito de sustentabilidade na óptica da prestação de um serviço público de qualidade, que necessariamente exige grandes investimentos no domínio das infraestruturas e que qualquer estratégia a ser adoptada é de longo prazo, de modo a ocupar um papel cada vez mais estratégico no desenvolvimento de Cabo Verde.

"O pagamento pelos serviços de água e saneamento é sempre um tema controverso e gera, incontornavelmente, muito debate sobre o método 'adequado' de estabelecer e quantificar os preços dos serviços prestados.

Viabilidade Económica do Sector

Foi-nos proposto falar sobre a Viabilidade Económica do Sector da Água e Saneamento em Cabo Verde. Nós preferimos falar sobre a sustentabilidade deste sector, na óptica que Cabo Verde tenha uma qualidade de serviço acima da média, sem que isso represente encargos que ponham em perigo a economia familiar dos consumidores desses serviços ou o desequilíbrio económico/financeiro dos prestadores desses serviços.

Falemos da sustentabilidade nas dimensões financeira, social e ambiental da prestação dos serviços de água e saneamento. Em Cabo Verde, país pequeno arquipelágico, com uma população muito pequena, é essencial ter presente a questão dos investimentos em infraestruturas e a necessidade de uma gestão que permita ao sector ter escala, razão do aparecimento de empresas multimunicipais, direccionando a gestão dos sistemas por uma única entidade a nível de cada ilha.

Financeiramente, o objetivo deve ser: (1) assegurar que as tarifas a serem praticadas permitam fazer face aos gastos de operação e manutenção e sendo possível (se for feito pela operadora) a amortização dos investimentos necessários, mas garantindo também que as operadoras não passem para os seus clientes, ineficiências da sua própria gestão; (2) que através dessa tarifa, se consiga relevantes impactos sociais, garantindo que os mais desfavorecidos tenham acesso aos serviços, analisando-se e contemplando-se as diferentes condições socioeconómicas existentes; (3) assegurar que a estrutura tarifária promova o uso eficiente da água, induzindo comportamentos mais eficientes nos utilizadores fazendo-os entender que a água é um bem escasso e cuja procura excessiva pode criar ainda maiores problemas de disponibilidade.

Não devemos confundir estes conceitos com ideias de que iremos ter o mesmo tarifário em todo o País, mas sim que devemos utilizar os mesmos princípios na definição das tarifas.

Socialmente, partindo-se do princípio do utilizador/pagador para toda a população, como forma de se valorizar o recurso água, que é um bem escasso no nosso país, devemos criar as condições para que a população mais carenciada possa ter acesso ao serviço em condições de dignidade e qualidade, através de sistemas de subsidiação cruzada ("o princípio de que um determinado grupo de utilizadores paga um valor superior ao que seria economicamente razoável, para compensar outro grupo de utilizadores que dispõe de uma tarifa mais baixa do que o custo real do serviço"). É fundamental que toda a população valorize o recurso água, pelo que o investimento na consciencialização e mobilização social através de programas de IEC se revestem de maior relevância, garantindo-se uma mudança de atitude, de comportamento e de práticas, a todos os níveis, no sector de água e saneamento, permitindo um equilíbrio entre os aspetos sociais e de direito e os aspectos económicos e financeiros.



Ambientalmente, existe a necessidade de (1) elaborar e adoptar um plano para o uso eficiente da água, onde as boas práticas para conservação estejam previstas (2) aumentar o nível de cobertura do tratamento das águas residuais e da sua reutilização, e (3) melhorar a proteção dos aquíferos, delimitando-se os perímetros de influência dos mesmos.

Se o sector é viável? Na minha modesta opinião, penso que, todos juntos e com responsabilidade (se as operadoras servirem mais e melhor água e os consumidores pagarem pelos serviços) o sector é sustentável e não tem que ser um peso a mais no desenvolvimento do país, mas um vector importante para o desenvolvimento dos vários "clusters" (Turismo, Agro-negócio, etc.) que se está a dinamizar em Cabo Verde.

5. O Projecto WASH do MCA CVII - Abastecimento de Água, Saneamento e Higiene



Por: Cláudio Santos, Director do Programa WASH do MCA

O Projecto WASH está estruturado em torno de três actividades principais:

Actividade 1- Reforma Nacional Institucional e Legislativa; Actividade 2 – Reformas das Operadoras Prestadoras de Serviços de Água e Saneamento e Actividade 3 – Fundo de Apoio a Infra-estruturas de Água e Saneamento (FASA).

O desenho do Projecto WASH começou em 2010 e o Compacto foi assinado em Fevereiro de 2012.

O sequenciamento previsto da implementação das várias componentes do Projecto WASH segue o princípio de que as reformas a nível nacional e municipal precederiam o acesso ao FASA para financiar infra-estruturas consideradas essenciais e ditadas pelo Plano Estratégico Nacional de Água e Saneamento e Avaliação Ambiental, Social e Estratégica, a Avaliação das Necessidades Imediatas em Infra-estruturas de Água e Saneamento na ilha de Santiago, a Avaliação das Perdas e da Água não Facturada, a Viabilidade Económica do Sector de Abastecimento de Água e Saneamento e, ainda, por estudos complementares.

Durante 2012, os estudos de base, tais como o Plano Director Estratégico Nacional do WASH, o Desenho Institucional do Sector WASH, assim como o projecto do FASA foram encomendados, para orientarem a implementação inicial da Reforma do Sector. Em Fevereiro de 2013, dois dos três estudos de base foram concluídos: o Plano Estratégico Nacional do WASH e o Desenho Institucional do Sector WASH. Além disso, outros sete estudos foram encomendados estando a maioria concluídos.

Actividades Concluídas no Âmbito do WASH

Plano Estratégico de Água e Saneamento e Avaliação Social e Ambiental

Este plano dá uma orientação nacional para o planeamento, coordenação e gestão integradas dos sectores de água e saneamento, definindo as prioridades para os diferentes tipos de recursos até 2030. Desenvolveu-se ainda um plano de melhorias para o sector de água e saneamento e orientações de investimentos para o para o governo, municípios, serviços multimunicipais e instituições de financiamento dentro dos limites das carências de recursos hídricos em Cabo Verde.

O Projecto Água, Saneamento e Higiene (WASH), totalizando \$41,1 milhões de dólares, faz parte do II Compacto do MCA no valor de \$ 66,2 milhões, assinado entre o Governo de Cabo Verde e o Millennium Challenge Corporation (MCC).

Tem o objectivo de estabelecer uma base institucional financeiramente sólida, transparente e responsável para a prestação de serviços de água e saneamento a famílias e empresas cabo-verdianas e promover o crescimento económico e a redução da pobreza através de: (i) a reforma da política nacional e das instituições reguladoras, (ii) transformação dos serviços de água e saneamento ineficientes em pessoas jurídicas autónomas que operem numa base mais comercial, e (iii) melhoria da qualidade e da cobertura das infra-estruturas no sector.

Desenho do Novo Quadro Institucional Nacional do WASH

Como parte da reforma institucional e legislativa, foram elaboradas recomendações para o desenho do novo Quadro Institucional Nacional do WASH. Este estudo teve como resultado a definição clara dos papéis e responsabilidades de todos os intervenientes a nível nacional no sector de água e saneamento, com definição de todas as instituições envolvidas na gestão do sector, incluindo ANAS, CNAS, ARE, DGA e definição de um organograma funcional do sector baseado no quadro institucional acordado.

Desenho do Fundo de Apoio a Infra-estruturas de Água e Saneamento

O objectivo desta tarefa foi de conceber e estruturar o Fundo de Apoio a Infra-estruturas de Água e Saneamento (FASA), determinar os requisitos necessários para a gestão de recursos, desenvolver processos financeiros e administrativos para o Fundo, desenvolver directrizes de avaliação do projecto, e fazer recomendações para a transição da gestão do Fundo do MCA-CV para a ANAS.



Estudo de Viabilidade Económica e Estudo Tarifário de Santiago

Os objectivos estabelecidos para o Estudo de Viabilidade Económica foram os de obter de cada SAAS (Serviço Autónomo de água e Saneamento) e fornecedores de serviços de água e saneamento em Cabo Verde, uma representação actual e precisa da sua situação financeira, uma estimativa do valor dos activos e passivos para cada fornecedor de água e saneamento, assim como uma lista de todos os fornecedores de água e saneamento de Cabo Verde.

Quanto possível, conseguiu-se uma verificação dos dados-chave de referência, indicadores de desempenho e informações sobre a viabilidade económica e financeira a partir das quais é feito o seguimento dos avanços. O estudo baseou-se num modelo de viabilidade económica, que analisa uma série de cenários em relação às condições iniciais. Isto incluirá a análise de estratégias para a consecução da sustentabilidade financeira/económica, com vista a alargar a oferta e aumentar a acessibilidade das comunidades de baixo rendimento.



Revisão Jurídica e Reformulação da Legislação

Os principais objectivos desta tarefa foram os de rever e actualizar a legislação nacional, identificar normas, códigos e demais legislação relativa à regulamentação do sector que necessitará de elaboração ou revisão por outros, com o propósito de actualização da legislação nacional para solucionar as carências e lacunas identificadas.

Desenho da Empresa Intermunicipal e Plano de Arranque

Os principais objectivos foram de conceber o formato da estrutura institucional da nova Empresa Multimunicipal Águas de Santiago, incluindo estruturas e as funções dos departamentos e descrições de funções e especificações para o pessoal-chave. Desenvolver um plano de transição, os indicadores-chave de desempenho e prazos associados a metas do processo, levando a Empresa desde a sua constituição até ao pleno funcionamento das práticas operacionais.

Necessidades Imediatas em Infra-estruturas na ilha de Santiago, e (ii) Plano Director de Água e Saneamento da ilha de Santiago

Os principais objectivos do estudo de base foram os de realizar um levantamento dos activos e produzir um registo de todos os activos do sector WASH na ilha de Santiago e produzir um projecto das necessidades imediatas. O estudo complementar, o qual teve início nos finais de 2014, propõe desenvolver um plano para a melhoria do abastecimento dos serviços de água e saneamento nos próximos 25 anos para a ilha de Santiago, bem como um Plano Estratégico Ambiental e Social.

Estudo da Água Não – Facturada (Perdas) em Santiago

Os principais objectivos deste estudo foram os de realizar um balanço hídrico e proceder a uma avaliação das práticas operacionais e comerciais que poderiam ser implementadas no curto prazo, e uma estimativa do impacto da sua implementação. Produzir esquemas de funcionamento de todos os sistemas de abastecimento na ilha de Santiago, desenvolver uma estratégia de NRW (Água Não – Facturada) para todas as operadoras na ilha de Santiago.

Qualidade da Água e Normas de Descarga de Águas Residuais

Os principais objectivos deste estudo foram os de dar apoio à Direcção Nacional do Ambiente na sua revisão nacional em curso das normas de qualidade da água, dos efluentes de águas residuais e do lodo, fornecer recomendações para o seguimento da água e de águas residuais uma perspectiva nacional e especificações para laboratórios e equipamentos

adicionais para satisfazer os requisitos mínimos de controlo; Garantir a sustentabilidade do programa de monitorização ambiental, incluindo mecanismos de recuperação de custos para financiar os laboratórios.

Estudo de base Comunitária das Questões Sociais e de Género no WASH

O objectivo principal deste estudo foi o de realizar a nível da comunidade uma análise qualitativa para captar lições que podem ser integradas no desenho detalhado das actividades do projecto WASH, garantindo que as actividades do projecto abordem de forma adequada e apropriada as condições e necessidades das famílias e indivíduos pobres e vulneráveis; Fornecer recomendações, contribuições e orientações às instituições e operadoras nacionais, para avaliar as principais questões sociais e de género no sector de água e saneamento, e informar as prioridades nacionais e a nível das operadoras, planos estratégicos, informação, educação e comunicação (actividades de IEC), e esforços de seguimento e avaliação (S&A); Informar as estruturas de seguimento e avaliação do projecto WASH, questões e instrumentos para assegurar e garantir que os objectivos sociais e de género sejam alcançados.

Desenho do Quadro de Avaliação Ambiental e Social para o Fundo de Apoio às Infra-estruturas de Água e Saneamento

O objectivo deste estudo foi de produzir um Quadro de Avaliação Ambiental e Social em sintonia com o Manual de Operações do Fundo de Apoio às Infra-estruturas de Água e Saneamento, ou seja: Dar orientações ao Gestor Ambiental e ao Gestor de Assuntos Sociais do Fundo; Garantir que os projectos aprovados estejam em conformidade com a legislação cabo-verdiana no domínio ambiental e social e com as condições de licenciamento; Garantir que os projectos aprovados estejam em conformidade com as Directrizes Ambientais do MCC, com a Política de Género do MCC, e com a política do MCC sobre o tráfico de pessoas e os padrões de desempenho da SFI.

Actividades em Execução no Âmbito do WASH

1. Plano de Comunicação
2. Separação dos Negócios de Produção e Distribuição de Água da ELECTRA
3. Assistência Técnica à Reforma Institucional a Nível Nacional
4. Assistência Técnica à Empresa Intermunicipal Águas de Santiago
5. Plano Director de Água e Saneamento para a ilha de Santiago e o SESA
6. Elaboração do Modelo Regulatório Tarifário e Regulamento Tarifário para o Sector da Água e o Saneamento

Actividades Programadas

1. Estudo de Monitorização das Perdas Técnicas de Água – Iniciativas a Nível das Perdas Comerciais.

Prevê-se a introdução de equipamentos de macromedição e de micromedição, para o controle do fluxo da água fornecida e o respectivo consumo em duas localidades identificadas para o estudo na ilha de Santiago, devendo servir igualmente como formação em exercício para os futuros quadros das Águas de Santiago.

6. Sustentabilidade Económica do Sector



Por: Damiá Pujol, Gerente da APP

A disponibilidade de água em Cabo Verde, em todo o seu ciclo (captação, produção, transporte e distribuição), apresenta uma elevada dependência de recursos energéticos. A esta realidade específica, acrescenta-se o contexto insular caracterizado por uma fragmentação territorial, a dispersão demográfica numa acidentada orografia e o exíguo número de habitantes.

Estes factores condicionam de modo decisivo a tipologia e a dimensão dos investimentos, afectando o factor “economia de escala” no momento de se projectar as infraestruturas, necessitando-se de avultados investimentos que requerem manutenção intensiva. Se a este cenário, acrescentarmos a falta de tradição no financiamento de infra-estruturas destinadas a garantir um serviço básico por parte do sector bancário e financeiro nacional, a procura da utópica sustentabilidade torna-se complicada, sobretudo quando mais se introduz o conceito obrigatório de “longo prazo” ou “retorno alargado com rentabilidade limitada”, pela necessidade de priorizar o carácter público da actividade.

As condições para avançar esta nova abordagem, mesmo que de forma tímida, estão sendo criadas em Cabo Verde. Por um lado, com a consolidação da actividade de regulação promovida pela Agência de Regulação Económica (ARE) e por outro, com o actual processo de reforma institucional do sector da água e saneamento em curso.

Pese embora a problemática da questão energética, que se coloca igualmente nos dois empreendimentos que conheço, apesar de diferente configuração jurídica e especificidades relativas à insularidade, APP na ilha do Sal e APN em Santo Antão, estas duas empresas são hoje sustentáveis técnica e economicamente.

No Sal, a Águas de Ponta Preta Lda, sociedade mercantil completamente privada de capitais estrangeiros, implementou numa área urbanizada de 100 Hectares na ZDTI de Santa Maria, um sistema que contempla o ciclo integral da água com garantia de energia mediante um investimento de 1.500 Milhões de Escudos cabo-verdianos, financiados em 30% com recurso aos acionistas e em 70% com um empréstimo bancário na modalidade “Project Finance”, o primeiro do país a integrar uma entidade nacional, em associação com um banco espanhol.

No caso da APP, que neste ano cumpre 15 anos de actividade, o equilíbrio financeiro, a tal sustentabilidade, chegou no sétimo ano e teve muito a ver com a aposta em tecnologia de ponta e a gestão integrada dos serviços de energia, água e saneamento.

No caso de Santo Antão, para assegurar a garantia do abastecimento de água potável à jovem cidade do Porto Novo, centro económico e logístico emergente na Ilha, foi constituída uma inovadora Parceria Público-Privada (Estado-Câmara Municipal-APP) para, mediante um contrato de concessão BOT (Built, Operate&Transfer), projectar, construir e gerir a exploração de uma infra-estrutura hidráulica financiada em 20% com o capital social da empresa constituída, a Águas de Porto Novo S.A. e em 80% por um crédito concedido por um banco estrangeiro a uma taxa de juros competitiva. Neste caso, o investimento alcançou um valor de 240 Milhões de Escudos e a sustentabilidade da APN, que opera sob as figuras jurídicas de Productor Independente de Água Dessalinizada e Auto-Produtor de Energia Eléctrica, chegou no quinto ano de actividade e hoje os 10.000 portonovenses dispõem de água canalizada domiciliária em quantidade e qualidade por 0,28 Escudos cada litro.

A ARE responsabiliza-se pela difícil tarefa de modelar o re-

cimento de água, equilibrando a sustentabilidade da vertente empresarial do serviço e evitar a inflação que poderia prejudicar o utente/consumidor.

Para isto, é necessário outro elemento fundamental, que é o da transparência. Os operadores devem dispôr de uma contabilidade actualizada, rígida e informatizada e auditada externamente.



A referida reforma institucional, que conta com o apoio técnico e financeiro de vários organismos internacionais, integra a abordagem do ciclo integral da água, que necessita ser sustentado por um quadro jurídico seguro, fiável e estável, com uma regulamentação clara que afaste qualquer possibilidade de especulação e que permita o empreendedorismo privado e público-privado sério, minimizando os financiamentos a fundo perdido,

A transparência, o rigor operacional e a estabilidade regulamentar garantem os fluxos de caixa que dão conforto às entidades financeiras para assegurar o reembolso dos empréstimos.

Comecei pela energia para ilustrar que os elevados investimentos na garantia de potência e da sua continuidade durante a gestão, representam grande parte dos investimentos ligados à água, mas em essência, o cumprimento de todos aspectos referidos, que se podem resumir em planeamento, tecnologia, regulação e segurança jurídica, são os que darão confiança ao sector bancário nacional para dar cobertura às necessidades de financiamento de projectos de infra-estruturas destinadas a garantir o abastecimento de água de forma sustentável.

Somente assim Cabo Verde contará com mais alternativas de financiamento, abrindo-se para novas etapas que assegurem a perenidade e a sustentabilidade da prestação do serviço público de produção e distribuição de água.

7. O projecto de dessalinização para a Ilha de Santiago



Por: José Gomes da Veiga, Gestor do Projecto PDSA AIS

PROJECTO DE DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA ILHA DE SANTIAGO – PDSA AIS - JICA

O Sector da água foi definido pelo Governo como sendo um Sector Estratégico o que de alguma forma resulta da sua eleição como um dos objectivos do desenvolvimento do milénio tendo por isso beneficiado de avultados investimentos, quer no âmbito do Orçamento de Estado, quer a nível de parcerias internacionais.

Como um bem essencial e motor do desenvolvimento, para a indústria, para o turismo e agronegócios, e ainda com base na previsão do crescimento demográfico e industrial na Ilha de Santiago, e, projectando as necessidades do consumo para o horizonte de 2020, o Governo, através do Ministério do Turismo, Indústria e Desenvolvimento Empresarial, desencadeou processos junto do Governo do Japão, no sentido de mobilizar os recursos para o Projecto de Desenvolvimento do Sistema de Abastecimento de Água na Ilha de Santiago – PDSA AIS.

O PDSA AIS é financiado pela Agência Japonesa de Co-operação Internacional (JICA) ao abrigo do Acordo de Empréstimo JICA CAV-P3, Tesouro e Outros Fundos Nacionais e está orçado em 200 Milhões de Dólares, aproximadamente e prevê a instalação de duas dessalinizadoras com a capacidade de produção de 40 mil metros cúbicos de água/dia, a instalação de sistemas de transporte de água para todos os municípios e a construção de grandes reservatórios em todos os municípios da Ilha de Santiago.

O PDSA AIS é um projecto estratégico na medida em que visa, por um lado, o abastecimento de toda a população da ilha de Santiago com recurso à água dessalinizada, e por outro lado, libertar toda a água dos furos para a produção agro-pecuária e desenvolvimento do agro-negócio.

O desenvolvimento deste projecto coloca ao Estado de Cabo Verde um conjunto de desafios, destacando-se:

- A separação da produção e distribuição de água na Ilha de Santiago (que impulsionou a criação da empresa Intermunicipal Águas de Santiago - AdS) e o estabelecimento de contratos de concessão entre o Estado e os operadores para a produção e para a distribuição;
- A interligação com as redes e reservatórios existentes e a massificação das ligações domiciliárias para permitir que a água que chegue aos municípios a partir das centrais de produção seja efectivamente distribuída para os vários reservatórios e seja injectada na rede de dis-

tribuição;

- O desenvolvimento do Sector Energético, concretamente numa aposta mais acelerada na produção de energia limpa e a baixo custo, tendo em conta o peso da energia na produção da água dessalinizada;
- A estruturação das tarifas, de modo a que a água

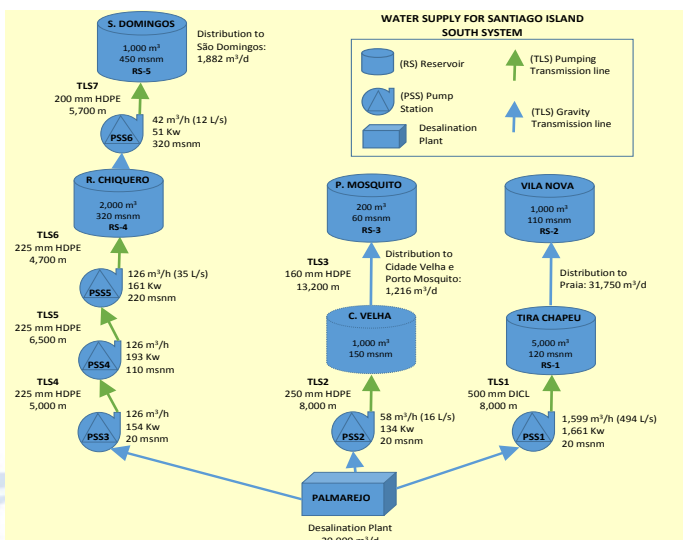
seja disponibilizada à operadora Águas de Santiago (AdS) a um preço aceitável e chegue às famílias a um custo acessível para a sua aquisição e consumo;

- A operação e manutenção das infra-estruturas edificadas.

Estes desafios requerem intervenções articuladas e coordenadas entre o Estado e as concessionárias para a Produção e Distribuição, em todo o sector da água, tendo em conta o papel fundamental que terão em prestar esse serviço público de abastecimento da água às populações e as reais condições existentes e criadas para a prestação desse serviço sem custos para o Estado e em condições vantajosas para as concessionárias.

Se, por um lado, a aposta do Governo em produzir 40 mil metros cúbicos de água /dia é ousada e reverte-se de um grande optimismo, tendo em conta a dinâmica actual da economia e o fraco investimento em indústrias que propiciem ou se consubstanciem em aumentos substanciais do consumo de água potável na Ilha de Santiago, o desafio maior neste quesito prende-se com a instalação de sistema de distribuição secundária e terciária para combater as perdas e a instalação de ligações domiciliárias para maximizar a distribuição e o acesso à água pelos consumidores.

Em conclusão, a sustentabilidade do sector da água passará sobretudo pelo combate às perdas, pela sensibilização para o uso e consumo racionais e pela promoção e defesa do princípio do utilizador-pagador. Nesse sentido, conquanto as tarifas sejam fixadas pela ARE, cabe ao Estado, em articulação com as operadoras, definir os factores que devem concorrer para a estruturação das mesmas, visando garantir a sustentabilidade e a prestação de um serviço público de qualidade.



8. A Regulação do Sector e a Protecção dos Consumidores



Por: António Pedro Silva,
Presidente da ADECO

Da protecção dos consumidores versus sustentabilidade das empresas prestadoras do serviço da água e saneamento;

Não há qualquer incompatibilidade entre a protecção dos consumidores e a sustentabilidade das empresas bem geridas e que procuram o lucro justo, sejam elas de água e saneamento ou actuando em qualquer outra área. Antes pelo contrário, há complementaridade e uma intrínseca interdependência entre a satisfação dos consumidores e a sustentabilidade das empresas e outras instituições.

Para que o consumidor tenha acesso a bens e serviços terá que existir um prestador dos mesmos ou um fornecedor de bens que os disponibilize. Por outro lado, o prestador do serviço ou o fornecedor do bem só perdurará se houver consumidores que os adquiram de forma continuada.

Por outro lado, uma empresa que satisfaça uma necessidade, económica e socialmente relevante, que tenha boa performance, isto é, que desempenhe com eficiência e eficácia a sua missão, deve, evidentemente, gerar lucros justos para os seus accionistas!

Dos mecanismos de defesa do consumidor e a legislação correspondente;

Pelo menos nos aspectos formais, existem em Cabo Verde muitos mecanismos legais e institucionais que podem e devem ser utilizados para a defesa e protecção dos consumidores! Na lei estão previstos vários outros mecanismos que ainda não foram implantados, em particular ao nível das Autarquias Locais.

O funcionamento e a aplicação destes mecanismos, é uma outra história. A eficácia desses mecanismos depende de vários factores.

Nos aspectos formais e na dimensão generalista, é de se destacar a Constituição da Republica, a lei de defesa do consumidor, a lei dos serviços públicos essenciais. Existem também “legislações” específicas em praticamente todos os domínios e que conferem direitos especiais aos consumidores (alimentar, saúde, educação, comunicação, aeronáutica, bancária, justiça, etc.).

Entre as instituições e organismos que podem e devem ser utilizados na defesa dos consumidores constam a Presidência da Republica (enquanto defensor da Constituição e pelo facto do consumo ser, na essência, a determinante de tudo na vida...as queixas dos populares são sobre o “emprego – fontes de rendimentos, acesso a electricidade, agua, habitação, saúde... são problemas do consumo), a Assembleia Nacional (enquanto instância de representação do povo), do Governo e em particular da Ministra-adjunta e Ministra

A ADECO tem um papel relevante a desempenhar na melhoria da qualidade dos serviços, na protecção dos consumidores e na sustentabilidade das empresas prestadoras do serviço da A&S.

Todavia a sua atuação é condicionada por factores endógenos e exógenos. De entre os factores endógenos indica-se a necessidade de recursos humanos especializados em diversas áreas, de recursos financeiros adequados e finalmente de recursos materiais. De entre os factores exógenos destaca-se a inércia institucional, o fraco engajamento dos consumidores na luta pelos seus direitos e na assumpção dos seus deveres de cidadania, de solidariedade e de dignidade.

O papel da ADECO é, nesse sentido, de grande importância para a melhoria da qualidade dos serviços, na protecção dos consumidores e na sustentabilidade das empresas prestadoras do serviço da A&S.

da Saúde que têm a tutela formal da defesa e protecção do consumidor, das Autarquias Locais e da Procuradoria-geral da Republica nos termos da lei de defesa do consumidor, da Provedoria da Justiça e das entidades reguladoras, nestes casos decorrendo dos seus Estatutos e da lei.

Dentre as organizações da Sociedade Civil organizada destaca-se a ADECO e outras organizações para a defesa dos direitos das pessoas com deficiência, das mulheres e das crianças.

Mas a mais importante e eficaz ferramenta na defesa do consumidor, infelizmente com fraca utilização, é a luta dos próprios consumidores, que pode assumir diversas formas.



Historial das acções da ADECO em prol da defesa do consumidor

A ADECO foi pioneira em Cabo Verde na defesa e protecção do consumidor.

Um longo caminho já foi percorrido em vários campos e níveis, quer a nível local, nacional e internacional. Nos principais sectores de actividade, desde a sensibilização e consciencialização para a existência de um problema, a mediação e o “lobby” na resolução de reclamações de utentes e conflitos de consumo, abarcando todos os sectores de actividade, públicos e privados (desde o sector da saúde, passando pela alimentação, água, electricidade, combustíveis, comunicações, comércio, justiça, notariado, administração publica central e local, etc.). A mera existência de uma organização como a ADECO num país como Cabo Verde é uma vitória imensa.

Algumas campanhas e ações da ADECO são contestadas inicialmente mas posteriormente são implementadas com outras roupagens (desde o mecanismo de fixação dos preços dos combustíveis, a portabilidade numérica, a implementação do Conselho Nacional do Consumo, a pertinência do Tribunal de Pequenas Causas, etc.).

Participação da ADECO na definição do Regulamento Tarifário

A lei dá direito a ADECO de participar na elaboração do Regulamento Tarifário. Infelizmente isso não tem acontecido. A disponibilidade é, no entanto, total, tanto para isso como na participação na elaboração do Normativo sobre a qualidade do serviço e nas Normas sobre a Qualidade da Água.

9. Figura do mês



Dr.-Ing. Norbert Hagen, CTP do Projecto CVE078

O CVE 078, um dos principais projectos de apoio à reforma do sector e financiado pela Co-opeção Luxemburguesa, tem, desde o início do ano, um novo CTP, Conselheiro Técnico Principal.

Trata-se do Dr.-Ing. Norbert Hagen, de nacionalidade alemã, engenheiro civil de formação e doutorado em gestão dos recursos hídricos.

O novo CTP tem uma vasta experiência de mais de 25 anos no setor da água e saneamento, na política da água, nas reformas setoriais e gestão de projetos.

Trabalhou nos últimos anos no Benim, Mali e no Sudão do Sul para GIZ, Agência Alemã para a Coopeção Internacional (antigo GTZ) como encarregado de programas e como CTP.

Tem o domínio da língua portuguesa, para além do francês e do inglês.

Espera-se que o novo CTP imprima uma nova dinâmica às realizações do projecto, designadamente, na execução das componentes 1 e 2, Apoio à Águabrava e Saneamento fora da rede, nas Ilhas de Santiago Fogo e Brava.



O Representante Residente da Lux Dev (à esq.) e a Equipa Técnica do Projecto CVE078

1. Para quem chega como CTP a um projecto que está no seu último ano de implementação e ainda com uma taxa de desembolso muito baixa, como encara esta situação?

A fase final de um projeto sempre é um grande desafio e precisa de um engajamento enorme da equipa de implementação. Praticamente todas as actividades culminam nos últimos meses: a realização de actividades atrasadas e planeadas, a recepção (final) de obras, o encerramento das contas, a capitalização das experiências e a gestão do saber, a identificação de medidas para fomentar a sustentabilidade dos resultados, a produção de relatórios e outros. Muitas vezes, a fase final de um projecto já é a fase de preparação de um novo projecto.

Gostaria de aproveitar a ocasião para agradecer à equipa do projeto pelo grande apoio recebido nesta fase final que é simultaneamente a fase inicial para mim em Cabo Verde.

2. Acabam de ser lançados vários concursos, incluindo a primeira fase da PROMOSAN para a construção de mais de 700 casas de banho em Santiago, Fogo e Brava. Com vê essa dinâmica nova visando recuperar os atrasos visíveis na implementação do projecto?

Não é possível recuperar todos os atrasos num projeto deste tipo, visando o reforço das capacidades das pessoas e organizações.

No entanto, com um bom planeamento dos investimentos e formações, sobretudo para a construção das casas de banho e as campanhas IEC (informação, educação, comunicação) iminentes, podemos garantir a entrega das mesmas bem como criar as condições para o seu bom uso até o início do ano 2016.

Desta maneira, teremos alcançado resultados importantíssimos e contribuído para o alcance de um dos objetivos do nosso projecto, que é um melhor acesso ao saneamento nas Ilhas da Brava, Fogo e Santiago.

3. Como avalia o último Comité de Pilotagem do projecto realizado recentemente e quais as perspectivas e os desafios em decorrência da Aprovação do Plano Operativo Anual, POA?

Para mim é difícil avaliar o Comité por ter sido o meu primeiro em Cabo Verde. Todavia, fiquei com a impressão de ter participado numa sessão bem preparada, liderada de forma qualificada e com importantes contribuições para chegarmos a uma compreensão mútua das actividades mais importantes para o futuro: aumento do acesso ao saneamento fora da rede (com a construção de casas de banho) e uma contribuição ao aumento da independência energética da Aguabrava bem como do arquipélago a partir de 2016.



4. Como vê a extensão do projecto e quais as perspectivas do desenvolvimento do sector sabendo já que o IV PIC irá, mais uma vez, contemplar o sector da água e saneamento?

Não conheço os detalhes das disposições do “Programa Indicativo de Coopeção 2015-2019” (PIC IV). Estou convencido, no entanto, que o apoio da Coopeção Luxemburguesa continuará para melhorar o acesso à água e ao saneamento das populações ainda mal servidas, bem como para reforçar as instituições responsáveis pela gestão da água no nível nacional e local, de forma descentralizada.

10. Águas de Santiago, a nova Entidade Gestora da Ilha



Por: José António Pinto Monteiro,
Presidente da Comissão Instaladora
das Águas de Santiago

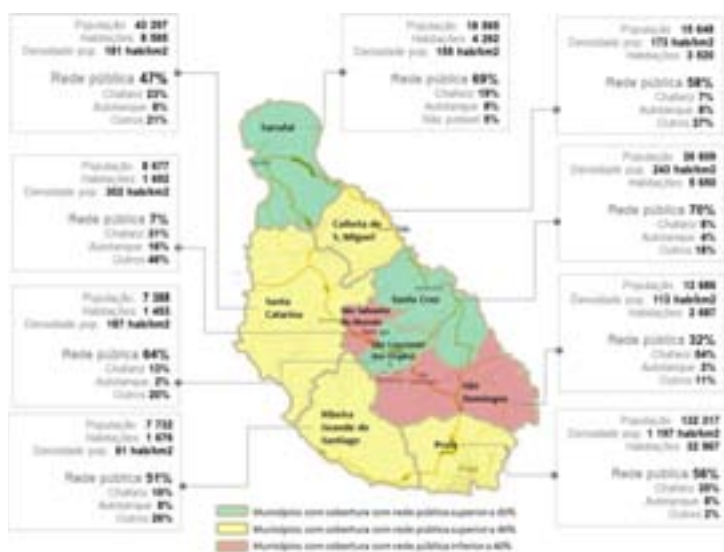
I – Breve caracterização dos Serviços de Água e Saneamento

Os serviços de água, na ilha de Santiago estão fundamentalmente a cargo de operadores públicos, sendo, contudo, garantido e permitido o serviço por operadores privados, através de autotanques, sempre e quando os operadores municipais/públicos não o fazem.

Nos nove Municípios da ilha de Santiago, ainda prevalecem 10 operadores de água e saneamento, ou seja, um SAAS¹ ou equivalente em cada Município, com excepção da Praia onde o serviço em rede está a cargo da ELECTRA e fora de rede (distribuição por fontanários e autotanques) a cargo da ADA².

A dimensão dos municípios é muito diversa e só o município da Praia concentra cerca de metade da população da ilha.

O MAPA I reflecte a população residente em cada Município, o número de fogos, a densidade populacional e a modalidade em que a população tem acesso ao serviço de água:



- O saneamento não tem, para os decisores políticos e para as populações, a mesma importância e prioridade que tem o abastecimento de água; É opinião geral que as tarifas cobradas pelos serviços de água são muito altas em relação à baixa satisfação da população.

Os estudos apontam que o retorno financeiro sobre os investimentos é prejudicado pela baixa capacidade de pagamento da população, sendo uma das causas a prática de ligações ilícitas de água e irregularidades nas contas. Embora tais práticas sejam consideradas actos ilícitos, a população, que avalia os serviços prestados pela concessionária local, como de baixa qualidade, não pensa assim. Essa percepção de má qualidade deve-se, principalmente, à falta de infraestruturas e ao fornecimento irregular e concentração da rede de distribuição nos bairros centrais das cidades. Na ilha de Santiago, embora o abastecimento de água à população tivesse conhecido melhorias significativas, ainda, aproximadamente 47% dos utentes se abastecem através de sistemas fora de rede (seja chafarizes, autotanques ou outras fontes), percentagem superior à média nacional.

No que se refere ao saneamento, aproximadamente, 70% da população não tem acesso a qualquer sistema, fazendo a eliminação das águas residuais por diferentes vias (redor de casa ou a céu aberto).

Neste cenário, os mais vulneráveis, particularmente residentes em áreas de construções espontâneas (zonas urbanas) e nas áreas rurais, pagam mais por cada unidade de volume de água, e não têm acesso a qualquer sistema de saneamento. Para agravar o quadro, são as mulheres e as crianças, particularmente as mulheres chefes de família e as crianças em idade escolar, a camada da sociedade mais afectada pela situação actual da Água e do Saneamento.

Para a prestação dos serviços de água supra mencionados a mais de 270 mil santiaguenses, foram necessários 17 autotanques, 197 chafarizes, 81 furos, 80 estações elevatórias, 210 reservatórios com uma capacidade avaliada em, aproximadamente, 13 000 m³, 782 Km de rede com 46 225 ramais, dotados de mais de 48 000 contadores. Registam-se em média de 5.000 avarias/ano.

- A situação dos serviços de água da ilha de Santiago caracteriza-se por níveis de atendimento mais baixos, tanto na água como no saneamento e esta situação é percebida pelas populações;
- Os níveis de atendimento no saneamento são muito baixos e vão continuar a sê-lo, a menos que se adoptem medidas que privilegiem o sector; algo que não aconteceu até agora;
- A situação não é uniforme, havendo grandes diferenças entre os municípios urbanos e maiores e os municípios mais pequenos e onde predomina a ruralidade; dimensão é solução, a crer nos números do QUIBB;



II – A execução da Política e as Necessidades de Financiamento

A profunda reforma do sector que preconiza, entre outros, a extinção dos SAAS, deverá dar lugar à criação de empresas intermunicipais, como é o caso da Águas de Santiago.

No quadro das suas atribuições e competências, caberá à Águas de Santiago executar, nesta Ilha, a política definida para o sector cujo Programa mínimo, resumidamente, consiste no seguinte:

- a. Uma torneira para cada domicílio
- b. Uma casa de banho para cada família

Para alcançar esses objectivos, dois níveis de financiamento:

1. Financiamento para as **Operações**, ou seja investimentos imediatos para manter e fazer funcionar os serviços de água e saneamento, garantido que no processo de transição o serviço não se degrade, pelo contrário, dê sinais de melhoria;
2. Financiamento para os **Investimentos em Infraestruturas** mínimas para a água e o saneamento.

Para o primeiro caso, ou seja Investimentos a curto prazo a Águas de Santiago vai necessitar de um financiamento anual de 357.516.269\$00.

Para o financiamento das Infraestruturas mínimas para a água e o saneamento, a Águas de Santiago terá que garantir:

a. Melhoramento de Rede de água:	125 749 074\$00
b. Extensão da rede de água	3 946 048 591\$00
c. Rede de Saneamento	7 575 730 783\$00

Total	11 647 528 448\$00
--------------	---------------------------

Embora esteja no processo de instalação, a Águas de Santiago candidatou-se ao financiamento FASA do MCA com um pacote de 19 Projectos, totalizando um montante superior a UM MILHÃO E QUINHENTOS MIL CONTOS equivalente a 10% das necessidades actuais.

Neste momento, aguarda-se pela publicação dos resultados do concurso.

11. Agenda do sector

1. Comemoração do **Dia Mundial das Casas de Banho** em Novembro de 2014. A campanha teve o seu evento central numa atividade em parceria com a UNICV, que se realizou no dia 19 de Novembro. No âmbito da atividade foi lançado um concurso universitário para a realização de material audiovisual sobre o tema “boas práticas higiénicas no uso da casa de banho”. No quadro da campanha foi explorada a componente mediática, através da produção e divulgação de spots televisivos e radiofónicos, publicações nos principais jornais nacionais impressos e online;

2. Visando a criação e instalação de uma **Unidade de Seguimento e Avaliação do Sector**, foram promovidos vários encontros institucionais pela DGPOG do MAHOT com o apoio da NITA do MCA e do CVE 078 da Lux Dev;

3. Lançamento em Março da primeira pedra das obras financiadas pelo CVE 078 em cofinanciamento com o primeiro pacote do FASA do MCA para a substituição do **troço aductor entre Patim e Cova Figueira no Fogo**, numa extensão superior a 17 Km e com um financiamento global de cerca de 92 mil contos;

4. Lançamento em Março da primeira pedra para a construção de uma **estação de tratamento da água de Encontro**, na Brava (remoção do flúor);

5. No âmbito das comemorações do **Dia Mundial da Água 2015**, foram promovidas pela ANAS um conjunto de eventos entre os quais se destacam: um seminário subordinado ao tema “Planeamento e Gestão Sustentável dos Recursos Hídricos – Desafios”; um fórum realizado em parceria com a empresa Águas de Santiago; e a inauguração da estação de bombagem em Tarrafal de São Nicolau, presidida pelo Primeiro Ministro. Também foi realizada uma campanha mediática, através da divulgação de spots televisivos e radiofónicos, publicações nos principais jornais nacionais impressos e online;




6. No dia 14 de Março ocorreu o lançamento da primeira pedra nas obras de **extensão da rede de distribuição e de ligações domiciliárias em nove bairros periurbanos da Cidade do Mindelo** e beneficiando mais de 7.000 famílias, com um financiamento na ordem dos 39 mil contos da primeira tranche do FASA;

7. No final do mês realizar-se-á a quinta Reunião da **Coordenação Sectorial, Água e Saneamento**;


8. No dia 30/04 vai acontecer na Assembleia Nacional a quarta reunião do **Conselho Nacional de Água e Saneamento, CNAS**.

UZA DRETU OJI I GARANTI AGU DI MANHAN


3 pasu
simplis:



Reutilize a água do banho
nas descargas no vaso sanitário



Depois de enxaguar a roupa, adicione lixívia
à água e reutilize-a para lavar o chão.



Na horta, adopte o sistema de rega
"gota a gota" no lugar da rega tradicional